



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju
quarta-feira • 10 de abril de 2013

ESTADO E MUNICÍPIO

MPE/SE manda adequar transferência de pacientes

Com o intuito de desafogar e melhorar o atendimento à população na Unidade de Pronto Atendimento Fernando Franco, na Zona Sul da capital, foi realizada ontem, mais uma audiência no **Ministério Público do Estado (MPE)**. São muitos os problemas na unidade de saúde, mas desta vez o foco é o referenciamento de pacientes. O que vem acontecendo é que pacientes críticos estão ocupando leitos na unidade porque não há vaga disponível para transferência na rede estadual. O **MPE** estabeleceu um prazo de sete dias para que a Fundação Hospitalar de Saúde (FHS), e o Samu apresentem o protocolo de transferência com todo o procedimento necessário para remoção de pacientes.

“Hoje, foi tratado basicamente a questão da regulação, para encontrar uma forma de referenciar melhor os pacientes encaminhados pelo SAMU para aquela unidade para evitar que esses pacientes permaneçam por muito tempo na unidade ocupando leitos de estabilização, impedindo o desempenho dos serviços da unidade Zona Sul”, informa o **promotor público, Daniel Carneiro**.

No estado ainda não há uma central de leitos implementada para regular os leitos para pacientes estabilizados, por conta disso



■ **MPE dá prazo para o protocolo de transferência**

a transferência é feita diretamente entre os médicos do Fernando Franco e do Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF). Pela carência de vagas no HGJAF o paciente estabilizado fica na unidade por vários dias esperando por uma transferência.

A unidade de saúde Fernando Franco está apta a receber pacientes infartados e com edemas agudos de pulmão, mas os pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC), ou com câncer em estado terminal não podem ser atendidos porque a unidade não dispõe de tomógrafo e nem de equipamento de ultrassom, além das vagas da sala de estabilização serem bem reduzidas.

• Prazos

O **MPE** estabeleceu um prazo de 07 dias para que a FHS jun-

tamente com o Samu apresente ao órgão o protocolo de transferência, com os critérios clínicos e o prazo de remoção de pacientes críticos. “Diante dos fatos será elaborado um estudo para um protocolo de encaminhamentos de pacientes críticos a cargo da FHS e Samu com o objetivo de desafogar essa prestação de serviço no Zona Sul”, relata o promotor.

Também ficou estabelecido que o Samu priorizará a remoção de pacientes com AVCH, TCE e hemorragia diretamente para o HGJAF, visto que há dificuldade de remoção posterior destes pacientes após a estabilização na unidade Zona Sul. Quando tal providência não for possível, o Samu se compromete a retirar o paciente da unidade Fernando Franco depois de estabilizado e interceder pela obtenção de vaga no HGJAF.

Foi dado ao município de Aracaju e a Secretaria de Estado da Saúde um prazo de 30 dias para informar ao **MPE** a dispo-

nibilidade de leitos de retaguarda para pacientes não críticos. Dentro deste prazo, o município de Aracaju terá que informar também a promotoria a implantação da regulação de leitos no município, confirmando o número de leitos à disposição do sistema específico por unidade, já que Aracaju só dispõe de 16 leitos não críticos.

O município de Aracaju terá também 10 dias para apresentar ao MPE a quantidade de leitos de UTI que dispõe no Hospital São José e 30 dias para comunicar quantos leitos são disponibilizados para pacientes de urgência psiquiátrica, devendo, necessariamente, informar sobre a inclusão de tais leitos no sistema de regulação atualmente em elaboração.

“Decidimos algumas coisas importantes também em relação ao sistema de regulação do município que está em fase de estudo e que também contribuirá para solucionar a distribuição dos leitos não críticos em Aracaju, inclusive psiquiátricos que hoje estão sendo levados ao Fernando Franco, prejudicando as demais atividades prestadas na unidade de saúde. Então na verdade o que a gente pode entender é que precisamos melhorar todo o fluxo do paciente desde que ele é captado pelo Samu até o momento que ele sai do sistema, e que as atribuições tanto do município quanto estado devem ser cumpridas de acordo com o que foi pactuado para a gestão da saúde no estado de Sergipe”, conclui o promotor.